

BNCC, DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR NA IMPLEMENTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA NOVA BASE

PONTES, Ronnie Kerle Pessoa¹
BARBOSA, Sidney²

RESUMO

O referido artigo tem como tema a Base Nacional Comum Curricular e as implicações de sua implementação por parte da Gestão Escolar e equipe pedagógica. Além disso, o presente trabalho busca discutir sobre a construção de um currículo coerente com a proposta pedagógica apontada pela Base e, principalmente, contextualizada com a comunidade onde se encontra a instituição, de maneira que permita ao aluno desenvolver habilidades e competências mínimas que possibilitem as mesmas oportunidades para os jovens em âmbito nacional. A ideia apresentada no artigo busca compreender como será possível estabelecer um currículo mínimo para os estudantes do país, voltado para o desenvolvimento da criticidade e articulação para as diversas situações que poderá enfrentar no seu dia a dia e oportunize o mercado de trabalho, desvincilhando-se da educação mecanicista e absorvendo uma educação que valorize a interpretação e criticidade do cidadão. Objetivo geral: Analisar as diretrizes da Base Nacional Curricular Comum do Ensino Médio e meios para sua efetivação. Objetivos específicos: discutir a proposta da BNCC; comparar a Base Curricular vigente com a anterior; conhecer os impactos na Gestão Educacional; propor intervenção na gestão educacional para nova BNCC. A metodologia utilizada no estudo é classificada como bibliográfica. Considerações Finais: É preciso que cada escola produza um projeto pedagógico que seja, não só condizente com a proposta da BNCC, mas principalmente viável e adequado ao contexto em que está situada. A escolha dos rumos a serem tomados deve levar em consideração posteriores avaliações e adaptações. Muito mais que um documento escrito, o PPP deve ser visto como um objeto de ação e mudança.

Palavras-chave: BNCC, Educação, Gestão Escolar, Currículo.

INTRODUÇÃO

A Base Nacional Curricular Comum (BNCC) é um documento que aponta direções para a construção dos currículos escolares das redes públicas e privadas do país. Entendemos o currículo como um campo de conhecimento pedagógico no qual se destacam as experiências escolares em torno do conhecimento, observando a especificidade da escola, em meio a relações sociais e a sua contribuição para a construção das identidades dos estudantes. Assim, associa-se o currículo ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas. Nele estão contidos os conteúdos que deverão ser abordados no processo de ensino-aprendizagem e a metodologia utilizada para os diferentes níveis de ensino.

¹ Pós graduando no curso Organização do Trabalho Pedagógico: Orientação Educacional Supervisão e Gestão Escolar, pela UNINTER, graduado em Comunicação Social pela Universidade Estadual da Paraíba.

² Graduado em Pedagogia pela Faculdade Internacional de Curitiba, e pós graduado em Pedagogia Empresarial e Complementação do Magistério Superior.

Nesse aspecto, a proposta da BNCC é estabelecer objetos de conhecimento mínimos a serem adquiridos por crianças, adolescentes e jovens no âmbito nacional, baseados nas competências e habilidades mínimas a serem desenvolvidas pelos alunos. A Base vem sendo construída desde 2015, através de consultas, debates e audiências públicas, mas apenas as versões da Educação Infantil e do Ensino Fundamental foram finalizadas e aprovadas, restando agora a homologação do processo para o Ensino Médio, segmento que será o objeto de estudo desse trabalho. Sua definição é de extrema importância, pois, finalmente, será possível normatizar um currículo mínimo a ser absorvido pelos estudantes de todo país.

A elaboração da BNCC traz consigo grandes desafios no campo da Educação, mas também aponta para uma proposta mais democrática e contextualizada diante de um país tão diverso. Um dos pontos que diferencia a Base encontra-se nos seus Fundamentos Pedagógicos, que buscam propiciar uma educação integral (e não “em tempo integral”), pretendem atingir o aluno de forma mais ampla, não apenas sob o aspecto intelectual, mas também de forma global, abrangendo as dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica. Isso já estava previsto nos valores e princípios da própria LDB e das DCNs, mas nunca ficou claro como se daria o processo.

David Boyd, gerente de políticas educacionais da Fundação Lemann, afirma que a Base traz, com consistência, um conceito de 'aprendizagem' composto por dois elementos conectados: um conteúdo (fator externo ao aluno) vinculado a uma habilidade (fator interno ao aluno) de aplicar aquele conteúdo para determinado fim.

Sob outro aspecto, a BNCC também tem por objetivo proporcionar aos alunos a possibilidade de promover uma equidade maior, estabelecendo conteúdos mínimos a serem apropriados por todos no país. O intuito é tornar a sociedade mais justa, democrática e inclusiva, propiciando condições iguais ou, pelo menos, mais próximas entre os alunos de diferentes regiões e diferentes condições sociais.

Com advento da tão esperada Base Nacional Curricular Comum e diante das mudanças e demandas que a norteiam, torna-se imprescindível o conhecimento apurado do documento e o que muda em relação ao que tínhamos em termos normativos. O tema torna-se relevante não só para os estudos acadêmicos, mas principalmente para a apropriação do que se pretende daqui por diante da Gestão Escolar e dos profissionais da área.

Além de conhecer o documento, é preciso compreender que, se bem aplicado, sinaliza a possibilidade de minimizar as desigualdades que hoje se evidenciam na educação brasileira. Nesse sentido, o desvencilhar-se do modelo mecanicista, presente em nosso sistema de

aprendizagem por tanto tempo, é sim um desafio, mas, acima de tudo, uma grande conquista, visto que haveria a possibilidade de se desenvolver uma educação mais justa e participativa.

A discussão da Base e suas peculiaridades propicia utilizá-la de forma eficiente. Nesse aspecto, devido à grande demanda que o documento traz consigo, é necessário um estudo aprofundado, motivo pelo qual, se optou pelo tema. E as mudanças já vêm sendo apontadas, devido à necessidade de adaptação aos novos modelos sociais e contexto em que vivemos, o mercado de trabalho tem exigido, cada vez mais, profissionais que demonstrem domínio de suas habilidades e tenham a capacidade de resposta imediata às situações-problema. Tais competências precisam ser desenvolvidas a longo prazo e, paulatinamente, na educação básica.

A Gestão Escolar enfrenta agora um novo tempo para a Educação, após a homologação da Base Nacional Comum Curricular, surgirá um convite a novas escolhas que poderão viabilizar o Projeto Político Pedagógico de cada escola e que refletirão num novo currículo escolar. Escolhas conectadas com os desafios dos novos tempos. Diante disso, o cuidado que a gestão deve ter na implantação da BNCC é fundamental para que seu objetivo seja atingido. E esse desafio está na escolha correta que atenderá às demandas de sua instituição, levando em consideração sua comunidade escolar e seus aspectos socioculturais.

Assim, a promoção de competências em sala de aula aponta para uma mudança de paradigmas quanto ao encaminhamento metodológico do educador.

Ele precisa, a partir desse momento, não só de uma formação básica que direcione seu trabalho sob essa perspectiva, mas também de uma formação continuada para analisar e adaptar os novos processos de forma a atender à demanda da realidade. Dessa forma, o desafio não se resume a uma questão de escolhas para composição de currículo, mas também sua aplicação prática. Esse estudo tentará responder a seguinte problemática: até que ponto a implantação da nova BNCC impacta na gestão educacional?

METODOLOGIA

Gil (2002, p. 17) conceitua a pesquisa como um procedimento racional e sistemático que tem como objetivo responder aos problemas que são propostos por diversos estudiosos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema.

A pesquisa consiste em um processo constituído por diversas etapas, passos ou fases, organizados de uma maneira lógica, sequencial e dinâmica. Isso não quer dizer que não seja possível retornar a uma etapa anterior ou visualizar as etapas subsequentes. O processo de pesquisa: ideia de investigação, delimitação da ideia, estabelecimento de objetivos e questões de pesquisa, revisão da literatura ou perspectiva teórica sobre a temática, desenvolvimento do projeto de pesquisa (instrumento de pesquisa, amostra dos participantes), teste empírico ou coleta de dados, análise dos dados e elaboração do relatório da pesquisa. (FLICK, 2009).

O referido artigo é de cunho bibliográfico pelo fato de ser constituído principalmente de livros e artigos científicos, como também um estudo explicativo por tentar esclarecer questões teóricas acerca das bases curriculares e o fazer pedagógico (GIL, 2008)

Para coleta de dados foi realizado uma revisão bibliográfica dos assuntos referentes ao currículo e BNCC, logo após realizamos uma análise e chegamos às conclusões acerca das teorias que aportam a questão do currículo e suas adequações.

DESENVOLVIMENTO

1 O QUE É A BNCC

A Base Nacional Comum Curricular é um documento normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens de suma importância para que os alunos desenvolvam suas habilidades ao longo da etapa da Educação Básica, de modo que tenham assegurados todos os seus direitos e deveres.

O foco do currículo está a serviço do desenvolvimento das competências, a LDB orienta a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a ser ensinados. Essas são duas noções fundantes da BNCC.

A relação entre o que é básico-comum e o que é diverso é retomada no Artigo 26 da LDB, que determina que os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996).

Essa vertente induziu à concepção do conhecimento curricular contextualizado pela realidade local, social e individual da escola e do seu alunado, que foi o norte das diretrizes

curriculares traçadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) ao longo da década de 1990, bem como de sua revisão nos anos 2000. Segundo o Parecer CNE/CEB nº 7/20106 em 2010, o CNE promulgou novas DCN, ampliando e organizando o conceito de contextualização como “a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural resgatando e respeitando as várias manifestações de cada comunidade”.

A Base trata, portanto, de maneiras diferentes e intercambiáveis para designar algo comum, ou seja, aquilo que os estudantes devem aprender na Educação Básica, o que inclui tanto os saberes quanto a capacidade de mobilizá-los e aplicá-los.

O conceito de competência, adotado pela BNCC, marca a discussão pedagógica e social das últimas décadas e pode ser inferido no texto da LDB, notadamente quando se constituem as finalidades gerais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio (Artigos 32 e 35).

Além disso, desde as décadas finais do século XX e ao longo deste início do século XXI, o foco no desenvolvimento de competências tem orientado a maioria dos Estados e Municípios brasileiros e diferentes países na construção de seus currículos.

Ao adotar esse enfoque, a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar norteadas para o desenvolvimento de competências. Através da indicação objetiva e transparente do que os alunos devem “saber” e, principalmente, do que deve “saber fazer” (analisando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC.

A sociedade contemporânea confere um olhar inovador e inclusivo às questões centrais do processo educativo: o que aprender, para que aprender, como ensinar, como promover redes de aprendizagem colaborativa e como avaliar o aprendizado. Na nova conjuntura, reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável requer muito mais do que o acúmulo de informações.

Exige o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades.

Assim, a BNCC afirma, de maneira explícita, o seu compromisso com a educação integral, reconhece, assim, que a Educação Básica deve tender à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso, a escola, como recinto de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades.

Independentemente da duração da jornada escolar, o conceito de educação integral com o qual a BNCC está comprometida se refere à construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea. Isso supõe considerar as diferentes infâncias e juventudes, as diversas culturas juvenis e seu potencial de criar novas formas de existir.

Dessa forma, a BNCC propõe a superação da fragmentação radicalmente disciplinar do conhecimento, o estímulo à sua aplicação na vida real, a importância do contexto para dar sentido ao que se aprende e o protagonismo do estudante em sua aprendizagem e na construção de seu projeto de vida. No Brasil, um país caracterizado pela autonomia dos entes federados, acentuada diversidade cultural e profundas desigualdades sociais, os sistemas e redes de ensino devem construir currículos, e as escolas precisam elaborar propostas pedagógicas que considerem as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais.

Nesse processo, a BNCC desempenha papel fundamental, pois explicita as aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver e expressa, portanto, a igualdade educacional sobre a qual as singularidades devem ser consideradas e atendidas. Essa igualdade deve valer também para as oportunidades de ingresso e permanência em uma escola de Educação Básica, sem os quais o direito de aprender não se concretiza.

Diante desse quadro, as decisões curriculares e didático-pedagógicas das instituições de ensino, devem levar em consideração a necessidade de superação das desigualdades. Para

isso, as redes de ensino precisam se planejar com um claro foco na equidade, que pressupõe reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes.

2 A QUESTÃO DO CURRÍCULO

Nos últimos estudos, a discussão em torno do currículo colocou em foco a relação entre dominação econômica e cultural e o currículo escolar, inserindo a problemática do currículo no interior da discussão político-sociológica. Análises críticas do currículo passaram a enfatizar que a seleção do conhecimento escolar não é um ato abnegativo e neutro, mas culturalmente determinado, historicamente situado, não podendo ser desvinculado do contexto do social (FORQUIN, 1992).

A seleção cultural escolar não se exerce unicamente em relação a uma herança do passado, mas incide também sobre o presente – sobre aquilo que se constitui num momento dado a cultura de uma sociedade, isto é, o conjunto de saberes, das representações das maneiras de viver que têm curso no interior dessa sociedade e são suscetíveis de dar lugar a processos de ensino e de aprendizagem.

Mas nem tudo aquilo que constitui uma cultura é considerado como tendo importância, as escolas produzem diferentes tipos de seleção no interior da cultura e os professores podem ter hierarquias de prioridades divergentes, mas todos os docentes e todas as escolas fazem seleções de um tipo ou de outro no interior da cultura (FORQUIN, 1992, p. 31).

Forquin utiliza o termo currículo para indicar essas seleções. Ratifica-se aqui a questão de saber quais são esses aspectos da cultura, quais são esses conhecimentos, atitudes, valores, que justificam as despesas de toda a natureza que supõe um ensino sistemático e sustentado por um aparelho institucional complexo.

A BNCC e os currículos se identificam na comunhão de princípios e valores que, como já mencionado, orientam a LDB e as DCN. Dessa maneira, reconhecem que a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica.

Além disso, BNCC e currículos têm papéis complementares para assegurar as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da Educação Básica, uma vez que tais aprendizagens só se materializam mediante o conjunto de decisões que caracterizam o currículo em ação. São essas decisões que vão adequar as proposições da BNCC à realidade

local, considerando a autonomia dos sistemas ou das redes de ensino e das instituições escolares, como também o contexto e as características dos alunos. Essas decisões, que resultam de um processo de envolvimento e participação das famílias e da comunidade.

3 O PAPEL DO EDUCADOR

Para que haja, de fato, desenvolvimento e aperfeiçoamento das competências em sala de aula, deve-se necessariamente modificar todo o encaminhamento metodológico do professor. Não há que se falar em mudança de paradigmas sem que haja também uma formação básica sobre o que é essa nova perspectiva e como aplicá-la. A simples utilização de novos recursos didáticos é incapaz de produzir o efeito desejado, antes de tudo, o professor precisa compreender de que forma o planejamento deve ser elaborado baseado, agora, numa nova visão de ensino. Entender o que são e como desenvolver as competências é o primeiro passo para a efetivação da nova Base.

É possível conceituar a competência como uma atitude em relação à realidade, atitude essa baseada em muito mais do que o simples conhecimento, pois se identifica com a complexidade das situações-problema do dia a dia. Para ele, é preciso um mapeamento mental de todo conhecimento consolidado no tempo e sua utilização nas interações sociais em diversos contextos. Em resumo, a competência seria “o fazer cotidiano interligando conhecimento, relacionamento e reflexão”.

Para Leandro Holanda (coordenador de Ciências Naturais do STEAM do colégio Albert Sabin) e Lilian Bacich (coordenadora geral de pesquisa e pós-graduação do Instituto Singularidade) a utilização de projetos é um importante instrumento para o desenvolvimento gradual de habilidades e competências requeridas na BNCC.

Apesar de não ser uma novidade, a utilização de projetos tem a capacidade de tornar o processo de aprendizagem mais estimulante e habilitar crianças e jovens a aprofundarem, pesquisarem e desenvolverem com mais complexidade os objetos do conhecimento. É através dos projetos que a colaboração e comunicação podem ser desenvolvidas entre os alunos de forma prática.

Segundo Holanda (2018), o ponto mais difícil seria determinar o que seria exatamente um projeto, pois não há uma “fórmula pronta” ou apenas uma definição. Existem os projetos temáticos e a própria ABP (Aprendizagem Baseada em Projetos), essa última nada mais é do que uma espécie de metodologia ativa que coloca o Projeto como centro das atividades de

ensino, utilizando uma única disciplina ou perpassando por várias. Tudo tem início com um questionamento provocativo que leve os alunos a pensar, investigar e propor soluções. Para tanto, é necessário que eles trabalhem em equipe, demonstrando conhecimentos que envolvam, por vezes, mais de uma disciplina. Ou seja, o mesmo processo apontado pela Base que permite o pensamento crítico, a criatividade e a colaboração.

Ainda segundo Bacich (2018), apesar do trabalho que o projeto possa demandar, quando os professores passam a compreender a dinâmica da ABP, e conseguem desenvolvê-la de forma eficiente, o envolvimento dos alunos na busca de soluções se torna real e até prazeroso. O desafio de fato é entender e programar o processo em sala, adaptando-o às propostas da BNCC.

Como a grande maioria das escolas ainda tem uma proposta muito tradicional (principalmente no sentido de segregar disciplinas), a utilização de projetos representa uma grande ferramenta para fomentar o conhecimento interdisciplinar ou ampliar as dimensões de um conhecimento em uma disciplina específica, tudo isso de forma coletiva, com várias opiniões diferentes, permitindo ao aluno uma interação, discutindo pontos de vista na busca uma solução comum para determinada situação ou desafio.

Lilian Bacich explica que, nem sempre, esse *modus operandi* é claro ou mesmo apresenta-se como prioridade dentro do currículo. Motivo pelo qual, reforça a utilização da ABP em todos os segmentos da Educação Básica.

A BNCC não elimina a divisão de disciplinas, mas estimula a utilização de habilidades e competências de forma a interligá-las. Na literatura especializada verifica-se a orientação para que os projetos sejam autorais e que atendam a necessidades e interesses dos alunos sobre determinado aspecto ou tema, previsto no currículo.

A preocupação de Hattie e Timperley(2007) está focada num feedback efetivo por parte dos alunos a cada etapa do projeto. Para Hattie (2017), especificamente, é muito importante que o professor tenha consciência da condição atual do aluno (tanto no início, como no processo em si e onde ele pretende que o aluno chegue ao final do projeto).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para que se chegue ao resultado esperado, ou até mesmo que consiga superar esse produto final, Hattie (2017) aconselha que os docentes ensinem os alunos a superarem seus

próprios erros e valorizem o esforço pessoal, essas são características que se esperam dos professores nesse novo momento que a Educação se encontra.

É preciso entender que o desenvolvimento das competências não está atrelado à ideia de decorar, copiar ou reproduzir a realidade que nos cerca. Não se deve estimular a memorização de conteúdos. Só podemos dizer que aprendemos se formos capazes de produzir nosso próprio conceito pessoal acerca do conteúdo ou aspecto da realidade que nos cerca.

Outro fator importante é que competência não se ensina, pois não são objetos de conhecimento a serem aprendidos em sala de aula. As competências se expandem no decorrer das fases escolares, trabalhadas nas habilidades, num costurar que transita entre o planejamento pedagógico e a valoração do indivíduo. É nesse trabalho que os conteúdos e conhecimentos científicos são devidamente analisados, compreendidos e, através dos temas transversais, podem ser consolidados.

A concepção do que são as competências e como desenvolvê-las precisa ficar clara não só no planejamento, mas, principalmente, na mente do professor. Nesse sentido, cabe ao educador trazer o conhecimento científico para a realidade dos seus alunos, numa linguagem que lhes seja acessível, provocando-os a transformar esses saberes, de forma que transcendam ao contexto escolar simplesmente. Rafael Lima (2018) afirma ainda que, dentro desse processo de Transposição Didática, o componente curricular não pode ser considerado o conhecimento científico em si, mas parte dele e, ainda assim, modificado. Por isso a necessidade dos professores dominarem tudo aquilo que se propõem a compartilhar, além de terem conhecimento dos procedimentos pedagógicos envolvidos na prática cotidiana que se apliquem à nova proposta da BNCC.

O leque desses procedimentos é amplo, mas é possível destacar a contextualização como um dos mais importantes, devido a objetividade que proporciona a conceitos que, por vezes, ficam no campo da subjetividade. A interdisciplinaridade é outro exemplo, isso porque permite que o aluno perpassa por mais de uma área do conhecimento, estudando um objeto específico, mas contemplando-o em diversos prismas e, conseqüentemente, alcançando também mais de uma opção de solução, tendo como propor a mais viável para cada problema.

Dessa forma, a instituição de ensino deve implementar seu currículo com base nas diretrizes, levando em consideração a viabilidade do seu projeto, de acordo com a realidade e demandas locais, respeitando os elementos dentro e fora da escola, observando e interagindo

com a comunidade. O currículo deve se caracterizar como um guia para os seus executores, um instrumento que norteia a prática pedagógica dos educadores.

No entanto, ele deve levar em conta a viabilidade da sua execução, atender às condições reais nas quais o projeto político pedagógico será realizado. O processo deve contemplar os diversos fatores presentes em cada situação no qual será executado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que, a partir do século XIX, não foram poucas as nações que conseguiram organizar seus sistemas de ensino. No nosso caso, a educação continua com altos índices de problemas relacionados ao processo de ensino e aprendizagem, isso se dá, principalmente, pela falta de norte na nossa educação. A elaboração da BNCC aponta para a solução dessa questão através de um processo progressivo, materializando-se aos poucos nos documentos oficiais.

O art. 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, revela a falibilidade dos currículos quando se trata de valores fundamentais de interesse social e na construção de identidades socioculturais da nossa comunidade discente. Razão pela qual o Conselho Nacional de Educação expressa, no artigo 13º das DCNs, que o currículo deve ser entendido como agregação de “experiências escolares que se desdobram em termos de conhecimento, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos alunos com os conhecimentos acumulados ao longo do tempo”.

O fator mais relevante da BNCC é a possibilidade de nortear práticas pedagógicas e atividades de aprendizagem mediadas pelo professor, decorrentes de um currículo alinhado ao Projeto Político Pedagógico. Essa articulação oferece aos sistemas de ensino as condições necessárias para a construção de uma sociedade múltipla, verdadeiramente cidadã, considerando as diversidades étnicas, religiosas, culturais, políticas e regionais, balizadas pelos princípios crescentes de igualdade.

A imposição dessa igualdade justifica-se pela necessidade de acesso aos bens públicos, dentre os quais se encontram os conhecimentos socialmente relevantes, de outra maneira, o aluno não teria condições de vivenciar uma cidadania real e deter igualdade de direitos e condições.

É preciso entender que toda atividade educativa dentro da escola implica em aspectos importantes no escopo da cultura do grupo, que poderiam até nem ocorrer se não houvesse a

intervenção dessas atividades de ensino, sobretudo pensadas para esse fim. Elas estão presentes no currículo e a serviço do projeto político pedagógico.

Diante de tantas possibilidades e de um mundo tão diverso, é mister que o aluno consiga desenvolver seu senso crítico e esteja aberto às mais diversas escolhas, buscando a melhor alternativa, baseada numa visão ampla dos conhecimentos adquiridos e de sua interpretação. O processo de ensino e de aprendizagem precisa capacitar o aluno para que consiga fazer uma leitura de mundo, viabilizando o conhecimento científico e sua aplicabilidade nas mais diversas situações.

REFERÊNCIAS

BACICH, Lilian; MORAN, José. Metodologias ativas para uma educação inovadora. Porto Alegre: Penso, 2018

BOYD, David, gerente de políticas educacionais da Fundação Lemann, Revista EDUCATRIX, ANO 8 – N 14, 2018

BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Resolução CNE/CEB 7/2010, de 14 de dezembro de 2010.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Plano Nacional de Educação. Lei nº 13.005/20147, de 25 de junho de 2014.

FLICK, Uwe. Desenho da pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FORQUIN, Jean-Claude. Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Tradução: Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

Gil, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa – 4ª. Ed. 2002.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social - 6ª Ed. 2008

HOLANDA Leandro; BACICH, Lilian, Revista EDUCATRIX, ANO 8 – N 14, 2018

LIMA, Rafael, Revista EDUCATRIX, ANO 8 – N 14, 2018

HATTIE, John. Aprendizagem visível para professores: como maximizar o impacto da aprendizagem. Porto Alegre: Penso, 2017.

HATTIE, J. & TIMPERLEY, H.(2007). The Power of the feedback. Review of Education Research – March, 77(1): 81-112.